



Ministério da Educação
Universidade Federal do Cariri
Corregedoria

RECOMENDAÇÃO N.º 02/2026/CORREGEDORIA/UFCA

EMENTA: Recomenda a regulamentação institucional das Empresas Juniores e a implementação de medidas de governança, gestão de riscos e controles internos, com base em atuação correcional e achados de auditoria.

A Corregedora da Universidade Federal do Cariri, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria de Pessoal GR/UFCA nº 58, de 31 de janeiro de 2025, o Decreto nº 5.480/2005, atualizado pelo Decreto nº 10.768/2021, e a Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022, alterada pela Portaria CGU nº 123, de 22 de abril de 2024,

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de atuar preventivamente na mitigação de riscos institucionais e no fortalecimento da governança administrativa;

CONSIDERANDO que, no exercício da atividade correcional e em sede de juízo de admissibilidade, esta Corregedoria analisou elementos decorrentes de recomendações de apuração constantes do Relatório de Auditoria nº 001/2024, identificando fragilidades normativas e procedimentais na atuação das Empresas Juniores, com potencial de geração de riscos administrativos e disciplinares;

RESOLVE:

1. RECOMENDAR à Pró-Reitoria de Extensão que adote as providências necessárias à elaboração e proposição de ato normativo institucional para regulamentação das Empresas Juniores da UFCA, com definição de competências, responsabilidades, fluxos de supervisão e mecanismos de controle, bem como que promova a implementação das recomendações constantes no [Relatório de Auditoria nº 001/2024](#), especialmente as relacionadas ao fortalecimento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos.
2. RECOMENDAR ao Comitê de Governança da UFCA que, no âmbito de suas atribuições, delibere sobre o enquadramento da matéria como ação prioritária de governança, promova o alinhamento institucional e acompanhe a implementação das medidas ora recomendadas, no âmbito de suas competências relacionadas à governança, à gestão de riscos, aos controles internos e ao monitoramento de recomendações de auditoria.



A medida possui caráter preventivo e estruturante e visa mitigar riscos administrativos e disciplinares, bem como prevenir responsabilizações decorrentes da atuação institucional sem parâmetros normativos definidos.

Publique-se no sítio eletrônico institucional e encaminhe-se aos destinatários para ciência e adoção das providências cabíveis.

Juazeiro do Norte/CE, 19 de fevereiro de 2026.

MÁRCIA CRISTINA MACÊDO MACHADO
Corregedora